

/ PALAVRA DO LEITOR

Reportagem Cultural

A Boate Carlitus, na primeira quadra da avenida Getúlio Vargas, em Porto Alegre, era um espaço sob medida para casais desfrutarem de um bom drink. Inaugurada por Ozório Dorneles, o estabelecimento se manteve em evidência de 1978 a 2011 (Reportagem Cultural, caderno Viver, *Jornal do Comércio*, 31/05/2024). Que matéria espetacular! Nunca frequentei o local (em função da idade), porém passava diariamente em frente para ir ao trabalho e sempre ficava curioso para saber como era o prédio em seu interior. Essas histórias das “antigas” de Porto Alegre são demais. Obrigado *Jornal do Comércio*! (Vinicius Cezar Ribeiro)



Reportagem Cultural II

Nota mil pela reportagem sobre a Carlitus! Muitos aniversários eu e meu esposo celebramos nesta boate. (Eunice Gauna)

Taxação dos mais ricos

Todos os governos mundiais que objetivam a taxação dos mais ricos (Site do JC, 23/05/2024) são titulares de uma autêntica falácia! E assim é porque os governos, eles próprios, já são os maiores oneradores de qualquer povo, em qualquer lugar do planeta Terra. Todos os governos sempre aumentam a tributação da faixa mais ampla da população, sem exceção alguma. Quem quer taxar os mais ricos apenas quer aumentar a taxação que já obtém atualmente. E nesse caso, quem taxaria ele, o governo, ele, o Estado? Pois essa taxação vai para os seus cofres, não para qualquer plano de redistribuição de renda a todos aqueles que não têm como pagar mais qualquer aumento de tributos. Ou seja, em outras palavras, mais para quem já tem mais, o governo da vez! (Nadir Silveira Dias)

Auxílio Reconstrução

No município de Rio Grande, a prefeitura enviou um ofício ao governo federal questionando sobre os critérios para análise e os prazos para o pagamento do Auxílio Reconstrução, que contempla com R\$ 5,1 mil as famílias desalojadas ou desabrigadas em função das enchentes. Em Canoas, fiz o cadastro no início. Moro no bairro Mato Grande e perdi quase tudo na minha casa. Até agora está em análise, sendo que precisamos dessa ajuda. Gostaria que a prefeitura de Rio Grande divulgasse a resposta do governo. (André Scholze)

JC 91 anos

No Brasil poucas empresas chegam aos 100 anos. O Japão tem empresas com mais de 700 anos. Meu primeiro emprego com carteira assinada (quando menor de idade), foi no *Jornal do Comércio*, no setor de fotocomposição. Sou assinante há mais de 40 anos. Nenhum jornal do RS se compara ao JC, que mantém a essência da notícia e dos fatos. Vida longa a este jornal que orgulha a todos os gaúchos. (Olema Teixeira)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

A importância de valorizar profissionais locais

Jorge Avancini

Recentemente, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, decidiu contratar a empresa de consultoria norte-americana Alvarez & Marsal para desenvolver um plano de recuperação da capital gaúcha, fundamentando a contratação no decreto de estado de calamidade pública que permite dispensar processos licitatórios em meio a tragédias. Esta decisão, anunciada em 13 de maio, levanta preocupações sobre as oportunidades perdidas para profissionais e entidades de ensino do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A Alvarez & Marsal atuará de forma voluntária por um período inicial de 30 dias. Entretanto, não há clareza sobre os custos que poderão ser impostos aos cofres públicos após esse período. Experiências anteriores com a empresa mostram que, em outros contextos, seus serviços custaram milhões de dólares e muitas vezes resultaram na privatização de serviços públicos e demissões em massa. A falta de clareza sobre os custos futuros são preocupações legítimas.

O Rio Grande do Sul e o Brasil possuem uma vasta gama de profissionais qualificados nas áreas de administração, engenharia, arquitetura e urbanismo, capazes de elaborar e implementar planos de recuperação eficientes e adaptados às necessidades locais. Instituições de ensino e pesquisa do Estado, como a Ufrgs e a Pucrs, possuem reconhecida exper-

tise e poderiam contribuir significativamente para um projeto desta magnitude.

Além de subestimar a capacidade técnica local, a contratação de uma empresa estrangeira desconsidera o potencial de gerar emprego e renda para profissionais e empresas da região. Em momentos de crise, é essencial fortalecer a economia local, e isso começa por valorizar e empregar os talentos que já temos. A decisão do prefeito contraria essa lógica e reforça uma dependência externa desnecessária e possivelmente custosa.

A decisão do prefeito ignora a capacidade e a necessidade de envolver profissionais e instituições locais no processo de recuperação de Porto Alegre. É fundamental que as autoridades revejam esta decisão e considerem seriamente a mobilização de recursos humanos locais, garantindo que a recuperação da cidade seja feita por quem conhece e vive a realidade de Porto Alegre.

Presidente do Sindicato dos Administradores no Estado do Rio Grande Sul (Sindaergs)

O Rio Grande do Sul e o Brasil possuem uma vasta gama de profissionais qualificados

A gestão do risco ambiental

Vinicius Gustavo Sarturi

O Rio Grande do Sul, lamentavelmente, se consolida no rol das áreas afetadas por desastres ambientais, sendo certo que as cheias que castigam o território gaúcho não compreendem um fato isolado ou que fuja de razoável previsibilidade, explicitando a carência dos mecanismos de gestão do risco, aglutinadas de forma exclusiva nas mãos do poder estatal.

É fato que o Estado, há muito, não oferece mecanismos seguros de controle

Preocupa a possibilidade de que, em curto espaço de tempo, eventos extremos tornem a ocorrer, realidade que não pode ser normalizada no cotidiano dos gaúchos. Imprescindível, nesse contexto, que novos mecanismos de controle e gestão do risco ambiental venham a ser implementados, permitindo o crescimento econômico em sintonia com indispensáveis critérios de sustentabilidade.

É fato que o Estado, há muito, não oferece mecanismos seguros de controle, falhando em seu trabalho preventivo, sendo notório o sucateamento das estruturas públicas criadas para a gestão e preservação do meio ambiente, que se mostram defasadas para atender às necessidades que se impõem.

Urgente e necessária, portanto, a criação de um novo modelo de gestão, com a flexibilização do poder centralizador do Estado e o redimensionamento

dos critérios de responsabilização civil ambiental, gerando um controle fiscalizatório passível de ser exercido em conjunto com os próprios empreendedores, numa espécie de autorregulação coordenada, envolvendo o poder público e a iniciativa privada.

A eleição de áreas ecológicas de risco pelo Estado, com a delimitação de regiões vulneráveis e o elenco dos empreendedores cuja atuação apresente a possibilidade de gerar consequências nocivas a estas regiões é um caminho viável. A exemplo da didática propagada pelo alemão Gunther Teubner, poderiam os empreendedores exercer a tarefa de fiscalizar uns aos outros, criando um espaço positivo de mútuo interesse e permanente controle.

Monitorado pelos seus próprios pares, com a criação de regras específicas e da escolha de uma liderança entre o rol de empreendedores, o grupo seguiria no objetivo comum de evitar a concretização do dano para afastar, inclusive, uma coletiva penalização, caso este viesse a ocorrer. O Estado, nesse desenho, monitoraria as próprias regiões vulneráveis, com o apoio e o interesse direto da iniciativa privada, gerando uma autorregulação positiva e capaz de suprir as visíveis carências do poder público.

Outras proposições, logicamente, podem se mostrar factíveis, sendo necessário impulsionar um debate capaz de gerar análises concretas sobre a metodologia voltada à criação de uma nova gestão do risco ambiental, pois imaginar que o Estado, isoladamente, adote procedimentos eficazes, é o mesmo que cronometrar o escasso tempo que nos distancia da ocorrência de um novo desastre ambiental.

Advogado, pós-graduado em Direito Ambiental